PRONUNCIAMENTOS DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 NO PLENÁRIO COSME DE FARIAS

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **NA PRESIDÊNCIA**

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 43ª Sessão Ordinária, 1ª Sessão Legislativa, 19ª Legislatura, realizada hoje, 8 de novembro de 2021. Votação da Ata. Em única discussão, em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Leitura do Expediente, 1º secretário, vereador Sabá

LEITURA DO EXPEDIENTE – SEM EXPEDIENTE

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **NA PRESIDÊNCIA**

Não havendo Expediente, há inscritos hoje da Tribuna Popular? Vereadora Marta? Leleto? Existe inscritos hoje para a

Tribuna Popular? Não chegaram, não chegaram tempestivamente, não há Tribuna Popular. Pelo acordo das bancadas, só um minuto, só um minuto, vou falar com V. Exa. Vereadora Marta, V. Exa. poderia vir aqui? Pelo acordo das bancadas, inversão da inscrição do Pinga-Fogo para a votação inicialmente das mensagens, motivo de acordo do Plenário desta Casa. O roteiro da votação dos projetos do Executivo, conforme acordo estabelecido neste Plenário pelos líderes de governo; Paulo Magalhães, da oposição; vereadora Marta Rodrigues e do Partido Independente, vereador Edvaldo Brito, na sessão ocorrida no último dia 3 de novembro de 2021.

Projeto de Lei nº 305/2021.Estabelece o Plano Integrado de Concessões e Parcerias de Salvador, o PICS, alterando a Lei Municipal nº 8.421/2013 - vereador Paulo Magalhães, gostaria de falar com V. Exa. aqui na Mesa Diretora desta Casa - e dá outras providências. Esse projeto encontra-se com emendas do professor Edvaldo Brito, da oposição. Não há emendas da oposição? Suprimidas as emendas da oposição, não há emendas da oposição nesse projeto, apenas do professor Edvaldo Brito, Partido Independente.

O vereador Alexandre Aleluia, presidente da Comissão de Constituição e Justiça encontra-se no Plenário desta Casa? Esse projeto encontra-se... queria o silêncio dos vereadores para depois não dizer que não viram as recomendações. Com parecer conjunto favorável aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final. Sem parecer, aprovado nas Comissões

de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Desenvolvimento Econômico, Turismo e Relações Internacionais.

Questão de Ordem, professor Edvaldo Brito. Logo após só vão falar os líderes das bancadas. Professor Edvaldo Brito, Partido Independente, logo após vereadora Marta Rodrigues.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR EDVALDO BRITO (PSD)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **PELA ORDEM**

Sr. presidente, eu apresentei uma emenda ao Projeto de Lei nº 305, uma emenda aditiva acrescentando ao Art. 17 do projeto e renumerando os subsequentes, que serão os que vierem depois do 17, no projeto só tem o Art. 18. Minha emenda, essa aditiva acrescentando o Art. 17, passa a vigorar com a seguinte redação o Art. 1º da Lei nº 9.281, de 3 de outubro de 2017. Essa lei, como nós sabemos, é a que cuida das obras. E o inciso VI desse Art. 1º da Lei 9. 281 manda observar as peculiaridades do sítio urbano, visando a preservação dos aspectos ambientais e técnicos e da imagem urbana. E eu acrescentei especialmente os requisitos da técnica, estética, segurança, salubridade e solidez. E então os cinco parágrafos que eu acrescentei são para autorizar o Executivo a notificar os proprietários desses imóveis de uso particular para que eles promovam obras de conservação e recuperação porque o que está se passando é que o município

começa a tentar fazer obras ou, quando não consegue, desapropria.

Então, não tem cabimento porque nós aprovamos aqui, Sr. presidente, uma lei de arrecadação de imóveis abandonados, de imóveis em perigo. Então, essas obras a Prefeitura deve notificar o proprietário. Descumprido o prazo para que ele realize as obras, a Prefeitura vai e faz as obras e cobra do proprietário sob pena, Sr. presidente, da arrecadação de imóveis. Essa é a minha emenda, portanto, ao inciso VI do Art. 1º e acrescentando cinco parágrafos a esse Art. 1º da Lei nº 9281, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **PELA ORDEM**

Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadores e vereadoras, gostaria, Sr. presidente, de trazer aqui que na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização - o presidente está aí ao seu lado, vereador Joceval - e na de Planejamento, não houve a devolutiva do nosso voto. Então, eu queria reiterar aqui que o nosso voto que eu pedi também está aqui em minhas mãos. E, para além disso, a bancada de oposição, nós discutimos, reunimos coletivamente e definimos que não vamos apresentar emendas porque, para a gente emendar, Sr. presidente, era necessário a gente receber os estudos, os impactos em relação a

este projeto. Então, nós queremos também, Sr. presidente, discutir no momento para que a população saiba por que nós estamos dando nosso voto contrário. Por gentileza.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR (MDB)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **NA PRESIDÊNCIA**

Ok, vereadora Marta Rodrigues. O voto de V. Exa. será constado ao presente parecer. Vou fazer constar, inclusive, nos Anais desta Casa.

Houve um pedido de vistas do vereador Claudio Tinoco e automaticamente vistas coletivas foram estabelecidas. E agora, nesta oportunidade, colher os votos das comissões.

Aprovado na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.

Aprovado na Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

Aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo e Relações Institucionais. Aprovado nas comissões. Submetido à Plenário. Aprovado.

Existem emendas sobre a Mesa para ser emitido o parecer em Plenário conforme acordo entre os líderes do governo Paulo Magalhães, da oposição Marta Rodrigues e do Partido Independente Edvaldo Brito.

Convido o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, ou a quem mesmo possa designar, para emissão de parecer sobre estas emendas em Plenário. Vereador Alexandre Aleluia, a palavra é com V.Exa. Ou V.Exa. designar o relator.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (DEM)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **ORDEM DO DIA**

Presidente, eu tenho que pedir pelo menos cinco minutinhos para lê-las. São muitas emendas. São quinze. Pode ser?

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR (MDB): V.Exa. dispõe de até dez minutos. Suspensa a sessão por dez minutos para apreciação por parte de V.Exa.

SESSÃO SUSPENSA

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR (MDB)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **NA PRESIDÊNCIA**

A Mesa Diretora decide a extensão e dilação do prazo por até cinco minutos, para retomada da sessão em votação.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Obrigado, mais uma vez, professor Edvaldo Brito, pelas relevantes contribuições a essa mensagem.

Obrigado, vereador Alexandre Aleluia. Para emissão do parecer, com emendas. Peço a atenção dos vereadores.

Vereador Alexandre Aleluia.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (DEM)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **ORDEM DO DIA**

Sr. presidente, leitura das emendas ao Projeto nº 305. Emendas de Plenário. Leitura das emendas.

Acrescenta-se ao Art. 20 do PL, com a seguinte redação: exclusivamente em relação ao exercício 2022/2023 dos estabelecimentos de hotelaria, motelaria e hospedagem contemplados no programa Proturismo, farão jus a um desconto de 40% do IPTU, independente das comprovações de condições previstas no Art. 34, 9.504, de 19 de dezembro de 2019 (prorrogação). Voto pela aprovação da referida emenda. Essa emenda é de autoria do vereador Joceval.

Emenda 02. Emenda do professor Edvaldo Brito. Emenda aditiva, acrescenta-se ao Art. 17, Art. 1º da Lei nº 9.281 de 3 de outubro de 2017. Com a seguinte redação o inciso VI: observar as peculiaridades do sítio urbano, visando a preservação dos aspectos ambientais geotécnicos e da imagem urbana,

especialmente os requisitos da técnica e estética de segurança, salubridade e solidez. Parágrafo 1º. Fica autorizado ao Poder Executivo, a fim de dar cumprimento ao Art. 98 da Lei Orgânica do Município, inciso VI, do *caput* desse artigo, para notificar aos proprietários dos imóveis de uso particular quaisquer que sejam a ocupação, promover obras de conservação, recuperação e restauração da fachada do imóvel. Descumprindo o prazo do Parágrafo 2º deste artigo, atuação e procedimento administrativo respectivo, deverão obedecer ao dispositivo da Lei nº 5.503/99, do Código de Polícia Administrativa do Município de Salvador. Parágrafo 1º: proprietário, usufrutuário e possuidor, a qualquer título, são solidariamente responsáveis pelo pagamento das despesas e encargos previstos no Parágrafo 4º, inclusive das multas. Professor Edvaldo Brito, voto pela aprovação da referida emenda.

Emenda 03. Emenda de autoria do vereador Duda Sanches. Acrescenta-se ao Art. 20 a seguinte redação: fica a acrescentado o Artigo 4º à Lei. Depois na redação será tudo renumerado, porque já tem o Art. 20, mas o que vale é a materialidade. Fica acrescentado o Art. 4ª da Lei nº 4.759 de julho de 1993, com a seguinte redação: o disposta nesta lei pode ser dispensado quando não houver guarda ou movimentação de numerário ou quando houver autorização da Polícia Federal, nos termos da Lei Federal nº 7.102, de 1983. Voto pela referida aprovação da emenda.

Emenda 04. Altera o inciso I do Parágrafo Único do Art. 58 da Lei Municipal nº 8.421/2013, com a seguinte redação: Parágrafo 1º: Firmar convênios ou contratos com órgãos públicos da União, dos estados e municípios, também com organizações sociais, fundações públicas ou privadas atuantes no Município de Salvador há mais de dez anos, que realizem investimentos prioritários no município, suportados por recursos fornecidos pelo CDEMS, em especial as ações de Saúde, Educação, Turismo, Transporte e Infraestrutura. Voto pela aprovação da referida emenda 04.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): - Qual o autor ou autora, presidente?

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR (MDB): - Ele tem dito antes de cada emenda o autor, ele tem falado.

SR. VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (DEM): - Emenda 05.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR (MDB): - Autoria de quem? Eles estão pedindo.

SR. VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (DEM): - André Fraga.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): - Está vendo que ele não tem dito?

SR. VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (DEM): - Tem um "AF" aqui, estou sabendo agora.

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): - "AF"?

SR. VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (DEM): - André Fraga. Está assinado, devidamente assinado, vereador Sílvio Humberto. É porque a assinatura de cada um é de cada um.

Sabá também, é do vereador Sabá também. Altera o Art. 16 do PL nº 305, passa a vigorar com a seguinte redação: área de proteção de recursos naturais integrantes da Lei nº 9.510, 04 de março de 2020, passa a vigorar da seguinte forma, segundo a lei. Voto pela aprovação da referida emenda.

Emenda 06, do presidente Geraldo Júnior. Suprime as alterações da proposta de emenda 01 do parecer do relator. As alterações, anteriormente propostas pela emenda e acolhido o parecer, serão contempladas em matéria posterior. Voto pela aprovação da referida emenda 06.

Emenda 07, autoria do vereador Paulo Magalhães Júnior, vulgo PMJ, que está aqui ao lado. Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento de distância em qualquer via ou local de veículos, cargas, pessoas, semoventes, circulação e movimento realizado por meio de telefonia móvel, transmissão de satélite, rádio, qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de tecnologia de informação veicular, independente do prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de comunicação que utilize. Voto pela aprovação da referida emenda 07.

Emenda 08, do vereador Carlos Muniz. Altera o *caput* e o Parágrafo 2º do Art. 81 da Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006. Não será definido pela autoridade administrativa nenhum

pedido para construção, reforma, modificação, ampliação, acréscimo de área construída, alvará, habite-se, sem que o requerente comprove a inexistência de débitos e tributos incidentes sobre a unidade imobiliária. Parágrafo 2º: Na hipótese da unidade imobiliária edificada, não decorrente de loteamento ou desmembramento, os proprietários adquirentes das respectivas frações respondem proporcionalmente pelo débito porventura existente ou a que venha o administrativo apurar. Voto pela aprovação da referida emenda 08.

Emenda 09, do vereador Paulo Magalhães Júnior. Altera o Parágrafo 1º do Art. 6º da Lei nº 9.286, de 17 de outubro de 2017. Vigora a seguinte redação: Parágrafo 1º. As obras de edificação, restauração, recuperação, reforma e ampliação de imóvel deverão ser iniciadas em até 12 meses após a expedição do alvará de construção e concluídas em 48 meses. Voto pela aprovação da referida emenda.

Emenda 10, de autoria do vereador Joceval, vereador Muniz, vereador Sabá, vereador Ricardo Almeida e vereador Fábio Souza. A referida emenda é de alteração do PL nº 305, inclui uma nova redação ao Art. 5º. Ficam sujeitos ao regime desta lei os projetos a serem executados por meio de concessões e permissões a que se referem a Lei Federal nº 8.987, de 1995, das concessões administrativas e patrocinados, de que trata a Lei Federal nº 11.079/2004, bem como meio de transferência ou outorga de direito sobre bens móveis e imóveis do município. Nova redação do Art. 7º. Fica o Poder Municipal, o Executivo Municipal,

autorizado, mediante prévia análise, a aprovação do Comitê de Gestão de Parcerias, concedendo na forma do Art. 5º, serviços públicos e obras de bens móveis. Nova redação do Art. 7º, Inciso VIII. Microacessibilidade, requalificação técnica, implantação e operação de planos inclinados, elevadores, teleféricos, monotrilhos e outros equipamentos. Nova redação do Art. 7º. Para elaboração e estruturação dos projetos de que trata esta lei, incluindo os estudos e levantamentos para subsidiar total ou parcialmente o desenvolvimento das concessões, o Poder Municipal, o Executivo, poderá valer-se do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) nos termos definidos no regulamento. Voto pela aprovação da referida emenda.

Emenda 11, de autoria da vereadora Débora Santana. Nova redação do Art. 4º, Inciso I. Reordenar, no âmbito do Município de Salvador, a posição estratégica da Administração Pública municipal na economia, transferindo à iniciativa privada e/ou instituições do terceiro setor, como institutos, ONGs e associações, dentre outros, as atividades que podem ser por elas melhor exploradas. Voto pela rejeição da referida emenda 11.

Findo. Encerrado, presidente. Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR (MDB)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **NA PRESIDÊNCIA**

Obrigado, vereador Alexandre Aleluia. Submetido a colher os votos na Comissão de Constituição e Justiça. Vereador Luiz Carlos Suíca. Vereador Edvaldo Brito. Vereadora Marcelle Moraes. Vereador Isnard Araújo. Vereador Duda Sanches. Vereador Maurício Trindade.

Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Submetido ao Plenário. Aprovado em Plenário.

Em única discussão, em função da urgência. Em função da urgência.

Registrar a presença do meu grande amigo e parceiro, eterno vereador desta Casa, vereador Moisés Rocha. Dos vereadores que mais deu orgulho a esta Casa. Saudoso de V. Exa., saudoso de V. Exa. V. Exa. pode inclusive ficar aqui ao nosso lado, aqui na Mesa Diretora. Uma das melhores oratórias nesta Casa.

Para discussão. Professor Edvaldo Brito, ausência de discussão, né? V. Exa. vai querer discutir? Não.

Vereadora Marta Rodrigues, vereador Augusto.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): - A oposição toda.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR (MDB): - Toda? Vereadora Marighella, vereador Sílvio, Laina, vereador Tiago Ferreira. Quem mais?

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (DEM): - Vereador Claudio Tinoco, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR (MDB): - Vereador Claudio Tinoco para discutir? Ou para declarar ao final?

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (DEM): - Para discussão.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR (MDB): - Claudio Tinoco. Encerrada. Helio vai falar? Não. Suíca. Vereador Suica. Último inscrito.

SRA. VEREADORA DEBORA SANTANA (AVANTE): - Pela Ordem, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA DÉBORA SANTANA (AVANTE)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **PELA ORDEM**

Quero manifestar aqui rapidinho a minha insatisfação, de a minha emenda ser rejeitada e a de outro vereador ser aprovada, sendo que as mesmas tinham o mesmo sentido. Então, eu acho que deve ser o mesmo peso e a mesma medida.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **ORDEM DO DIA**

Pois não, Sr. presidente, muito obrigada. Quero lhe saudar, saudar todas as vereadoras e vereadores, galeria, que hoje aqui está cheia, que bom. Dizer, Sr. presidente, antes de entrar aqui na discussão, que hoje é o dia 8 de novembro. V. Exa. sabe bem que nós realizamos uma sessão aqui nesta Casa para a gente instituir o Dia Municipal dos Mártires de Búzios. V. Exa. estava aqui para receber a gente. Nós viemos em caminhada da Praça da Piedade e foi um momento de muita tensão e de muita emoção. Então não poderia deixar de trazer, no início aqui da minha fala, eu sei que eu vou discutir o projeto, mas eu quero fazer um *link,* porque todos aqueles quatro mártires, Luís Gonzaga, João de Deus, Lucas Dantas, Manuel Faustino, também estavam lutando e lutaram esse período todo como nós estamos aqui hoje, Sr. presidente, para que este Projeto nº 305 não seja aprovado.

Então eu quero falar aqui, diretamente, olhando nos olhos da bancada do governo e dizer para a gente o quanto isso aqui vai custar *a posteriori*. Eu quero trazer, Sr. presidente, que esse projeto, aqui está meu voto, separado e contrário tanto na Comissão de Finanças e Orçamento como na Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Então eu vou fazer aqui um pouco, não vou lê-lo todo na íntegra porque, se tivesse voltado para a comissão, aí eu faria. Mas aqui eu vou trazer algum dos pontos nevrálgicos do quanto este projeto é perverso para a nossa população, essa entrega desses ativos tão importantes para o

povo de Salvador, principalmente para aquelas e aqueles que mais precisam.

Por isso que aqui, Sr. presidente, o projeto tem o objetivo de estruturar programas e projetos específicos para atender a uma necessidade. Que necessidade é essa? Da iniciativa privada. E o interesse público fica onde nesse projeto? É desse lugar e é isso que a gente quer discutir aqui nesta tarde. Por isso que nós iniciamos aqui, antes da sessão, do lado de fora, com os movimentos, para a gente mostrar que todos esses movimentos que vieram aqui hoje foi para trazer também essa sua manifestação contrária a este projeto.

Então é uma proposição encaminhada pelo Executivo, sem debate com a população, porque não teve debate com a população. Chegou aqui à Comissão de Direito à Cidade, presidida aqui pelas Pretas por Salvador, realizamos duas audiências e deu para a gente ainda aprofundar as maldades que estão neste projeto. Então é um projeto que tem uma irresponsabilidade fiscal, da limitação da competência, da fiscalização pelo Poder Legislativo, esse Poder que nós estamos aqui representando. Então, atualmente, as concessões e parcerias público-privadas em Salvador são regidas pela Lei Municipal nº 6.975/2006 que, em meio a vários desacertos, num propósito de conceder bens públicos e serviços públicos à iniciativa privada no que prescreve mecanismo de controle importante para esse debate que nós estamos fazendo de gestão democrática. Por isso, Sr. presidente, não dá para a gente tratar -

já indo para a minha conclusão - de um projeto que é uma flagrante inconstitucionalidade e fere também toda a legislação quando a gente trata da questão do orçamento público. Não vem estudo. Nós estamos na Casa com o PPA, o Plano Plurianual, e não vem nenhum direcionamento seguindo este projeto que está aqui. Também está a LOA nesta Casa, a Lei Orçamentária Anual. E cadê? Também não veio.

Por isso, Sr. presidente, não dá para a gente ver essa situação que está acontecendo no Brasil, das privatizações da Eletrobras, da Dataprev, do serviço de processamento de dados, e aqui em Salvador seguindo nessa mesma direção. Então, essa é a indisponibilidade do interesse público, a garantia de prestação de serviço, como garantia de direitos fundamentais. Por isso que nós, de maneira nenhuma, vamos colocar nossa digital em um projeto desse que entrega o que está aqui na nossa frente: o Elevador Lacerda, os planos inclinados, os parques da nossa cidade, as praças públicas, cemitério, a iluminação - com esse debate que nós fizemos aqui e já tem outro projeto que chegou na Casa falando da iluminação também, já foi para complementar.

Então, são esses absurdos que eu quero dialogar com cada vereador e cada vereadora da bancada do governo para saber, porque todos nós que estamos aqui temos o compromisso com esses e com essas que nos conduziram até aqui. Quando nós chegamos até aqui, essa bancada da oposição que me orgulha muito, nós entramos aqui pelas portas dos movimentos sociais, das pessoas que acreditam que a gente vai vir para aqui não para

a gente negociar nada desta natureza, mas, sim, para representar cada vez mais a população. Foi por isso que depositaram os nossos votos.

Então, eu queria pedir a sensibilidade, espero que todos tenham lido e analisado a gravidade desse projeto para poder dar o seu voto consciente. Então, não ao PL nº 305. Meu voto é contrário.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR AUGUSTO VASCONCELOS (PCdoB)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **ORDEM DO DIA**

Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Esse Projeto de Lei nº 305 traz em si uma série de problemas. A nossa querida líder da oposição já apresentou voto em separado, mas eu queria só para que todas as pessoas que estão agora ao vivo na TV e na Rádio CAM possam saber de maneira evidente o que está acontecendo.

Fazer concessões e parcerias público-privadas não é em si algo errado. É possível, sim. É possível se realizar, outras nações fazem, o governo do estado faz, o governo federal faz também. Ninguém está discutindo a natureza de fazer ou não fazer concessões ou parcerias. O que queremos discutir aqui? É que o prefeito Bruno Reis, num único projeto de lei, apresenta um verdadeiro pacote de entrega dos serviços públicos da cidade, sem

discutir, mediante um estudo de viabilidade técnica, os impactos sociais que cada uma dessas medidas vai proporcionar.

Imagine vocês, senhoras e senhores, está aqui dentro deste projeto a entrega de cemitério, de parque, do Elevador Lacerda, dos planos inclinados, da iluminação pública, da coleta de resíduos sólidos. E não se sabe nada de quais são os critérios para cada uma dessas concessões? Que absurdo é esse, pessoal? O prefeito foi eleito para governar a cidade, não para transferir responsabilidades. Parece-me que a visão que predomina no atual Palácio Thomé de Souza é a visão que fez com que, por exemplo, lá em São Paulo, no Parque do Ibirapuera, para um grupo de corrida poder se exercitar, tem que pagar tarifa. Vamos fazer isso no Parque da Cidade? Vamos permitir que isso aconteça? Só vai entrar quem pagar tarifa? E o que vai acontecer com as famílias mais pobres que perderem seus entes queridos?

Mas aqui, presidente, peço uma tolerância de um minuto, porque não há nada ruim que não possa piorar. Chegou agora aqui e o relator piorou o projeto, acolheu uma emenda que na prática acaba com as portas giratórias das agências bancárias. O que tem a ver isso com o conteúdo do Plano de Concessões? É lamentável. Mais uma emenda jabuti, que não tem nenhuma conexão com o conteúdo original do projeto. E, agora, ***1 está querendo tirar também porta giratória de agência bancária. Isso é

1 ***Expressões retiradas do pronunciamento por solicitação do Sr. presidente.

um absurdo. Vai expor ainda mais a vida de bancários, vigilantes, trabalhadores e clientes. E não podemos admitir isso, sobretudo com a escalada da violência que tem acontecido nos últimos anos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARIA MARIGHELLA (PT)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **ORDEM DO DIA**

Boa tarde, presidente. Boa tarde, colegas. Que tarde dura, difícil, nefasta. Presidente, V.Exa. nos lembra a todo momento sobre a autonomia entre os poderes. Mas esta Casa agora corre o risco de transferir o seu Poder Legislativo, fiscalizador, ao Executivo que, por sua vez, transfere a responsabilidade da gestão à iniciativa privada. Lamentável. Nesta tarde corremos o risco de perder autoridade, perder a nossa responsabilidade de legislar e fiscalizar. O Projeto de Lei nº 305 versa sobre as PICS em um acordão, em um "pacotasso" de transferência, numa autorização prévia, prévia, não é uma autorização mediante apresentação de projetos específicos. É uma autorização prévia para que a Prefeitura Municipal de Salvador proceda em relação, em parcerias público-privadas sobre quaisquer serviços, indistintamente. Não toleraremos. Os efeitos deste ardil não serão sentidos hoje, nem amanhã, mas daqui a 10, 15, 20 anos. Irresponsabilidade máxima com a população. Os serviços públicos são serviços garantidores de bem-estar, direito e

cidadania. Não podemos transferi-los indistintamente à iniciativa privada. Cidades em todo o mundo que tomaram essa decisão, não só no Brasil, mas em todo o mundo, já estão revisando e revendo essa posição. Salvador vai na contramão de todas as cidades que prezam o bem-estar da sua população, sobretudo, em um contexto de Covid, em um contexto de pandemia, em que fica explícita a importância do Estado, do poder público para a preservação das vidas.

Nós, oposição, em uníssono, dizemos não ao PL nº 305.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **ORDEM DO DIA**

Boa tarde, Sr. presidente, quem nos ouve e nos acompanha nas redes sociais. Eu vou acrescentar, Sr. presidente, mais uma vez, somar-me aqui a essa onda de indignação contra esse PL nº 305. É um PL que cabe perguntar: Por quê? O que que vai caber à Prefeitura de Salvador depois de passado esse *tsunami*? Quais serão as atribuições da Prefeitura de Salvador? Porque em um determinado momento você está dizendo que nem para cuidar dos cemitérios o serviço público pode se organizar para tal. E, do outro lado da moeda, você está dizendo que pode organizar uma empresa de ativos e a Prefeitura pode tomar conta. A pergunta é: onde está essa *expertise* que não consegue cuidar do complexo,

do algo mais simples, que é o cemitério, e vai cuidar de algo mais complexo da Administração? Essa conta, vereador Palhinha, que me ouve atentamente, não fecha. Qual vai ser o preço público lá do cemitério de Plataforma? Quanto vai custar? Não vai aumentar? Qual é a lógica? A privada vai simplesmente aceitar que o preço vai ser o mesmo público? Evidente que se você vai conceder, vai fazer uma outorga, vai adiantar o dinheiro. É isso. Depois vai tirar isso de onde? Do preço público. Como é que essa conta vai fechar?

Para concluir, Sr. presidente. Se não tem condições hoje para administrar uma coisa, vai se administrar uma coisa mais complexa? Eu queria entender qual é a lógica desse chamado Estado mínimo do mínimo.

Para concluir, Sr. Presidente, aqui foi muito bem apontado pelos nossos colegas, que a questão é a base em que vai se dar a concessão. Vou usar a linguagem popular: não queremos uma concessão, vereadora Maria Marighella, que faça aquele acordo de pescoço e espada. O pescoço tem sido sempre o da população. Adivinhem de quem é a espada? O que sobra depois disso?

Então, eu acho que a gente tem que colocar na nossa cabeça, e explicar para quem nos ouve em casa, que a Prefeitura está adiantando dinheiro agora e deixando o problema para quem virá depois. É típico de uma coisa como uma política pública de Estado não deve funcionar.

Então, Sr. presidente, quero reafirmar aqui o nosso não, com um "n" bem grande, com um "a", um "o" e um til, dizendo

não a esse PL nº 305, porque isso está aviltando o que nós acreditamos que deve ser o Estado mínimo, que venha combater as desigualdades enormes da nossa cidade.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA LAINA PRETAS POR SALVADOR (PSOL)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **ORDEM DO DIA**

Boa tarde a todas, todos e todes.

Dizer que estamos muito felizes por termos construído um ato potente lá fora, um ato que a gente começou na quarta passada, mas que a gente tem movimentado as redes. Para além disso, a gente tem tido responsabilidade e compromisso de debater essa PL. A gente fez duas audiências públicas pela Comissão de Direito à Cidade. A gente, da bancada de oposição, tem feito um debate com a população, debate esse que deveria ter sido feito pelo Poder Executivo, que apresenta um projeto que é inconstitucional, ilegal, que fere o Regimento Interno, em um processo de justificativa com a perspectiva de urgência, no rito de urgência. Aí a gente faz esse debate com a população apresentando o que é isso.

Isso é muito grave, porque é um projeto extremamente violento, que retira direitos das pessoas e entrega o papel do Estado ao poder privado. Isso é muito grave e traz para nós um debate que é muito sério, que é pensar que lógica é essa. A quem

interessa entregar o serviço público para a iniciativa privada? Iniciativa privada não pensa em bem-estar social, ela só pensa em lucro, ela só pensa em aumentar o seu capital.

Isso para nós é muito grave, e é por isso que a gente está ocupando a Câmara, lá fora, aqui dentro, nas redes. A gente vai seguir fazendo luta, seja na representação no Ministério Público, seja em todos os espaços, a gente vai seguir gritando: PL nº 305, não!

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR TIAGO FERREIRA (PT)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **ORDEM DO DIA**

Boa tarde, Sras. e Srs. vereadores.

Eu estava ali ouvindo as falas dos meus companheiros aqui da oposição, presidente, e estava pensando: se o prefeito da cidade, quando se candidatou a prefeito, tivesse apresentado um plano de governo e se nesse plano de governo tivesse dito à população pobre da cidade que ele iria privatizar os cemitérios, será que ele seria hoje prefeito de Salvador? Eu queria saber dos vereadores que dizem representar o povo pobre desta cidade, se vão ter a cara de pau, a coragem de dizer que estão votando em um projeto bom, quando onera o povo pobre.

Eu acho que os movimentos sindicais, a CUT, os movimentos sociais têm que colocar e imprimir em todos

os *outdoors* da cidade o nome de cada vereador que vota contra o povo. Esse projeto não tem nada de bom. Vem alguns aqui dizer: "Ah, mas e o Hospital do Subúrbio?". Não existia Hospital do Subúrbio. O governo do estado, quando colocou o Hospital do Subúrbio, fez uma PPP, mas implementou um dos maiores hospitais de Salvador. Foram criados 16 hospitais na Bahia. A cada ano não se fazia um, e o PT fez 16. Foram concessões para ampliar serviços.

Aqui não tem isso, aqui os poucos serviços que se têm do município são passados para a iniciativa privada. Será que o município não tem, inclusive, capacidade de colher os pagamentos dos estacionamentos?

Aí o companheiro colocou aqui que o prefeito disse que é uma boa gestão, mas não consegue gerenciar a arrecadação de fundos desses estacionamentos que hoje temos em todas a Cidade do Salvador? Não é possível uma situação dessa.

Então, nós vamos votar contra, porque, como disse, presidente, votamos até aqui todos os projetos do Executivo, aquilo que a gente entendia, com algumas exceções, e nós apresentamos emendas, porque entendíamos que os projetos até aqui eram bons para a cidade. Mas, a partir desse agora, estamos vendo uma divisão de projetos, estamos vendo que caminho que o prefeito quer fazer.

Imagine lá na frente! Hoje estamos transferindo o poder de fiscalizar as construções de praças públicas, os equipamentos públicos, nós estamos transferindo - só para finalizar presidente -

, imagine se o nosso gestor lá na frente resolve também privatizar a sua gestão, colocar um cidadão lá para gerir a cidade, porque não vai ter mais serviço para poder ser fiscalizado pela Câmara Municipal executados pela Prefeitura Municipal de Salvador.

Então, é lamentável a transferência de responsabilidade sem nenhuma justificativa plausível para o povo de Salvador.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLÁUDIO TINOCO (DEM)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **ORDEM DO DIA**

Sr. presidente, Sras. vereadoras e Srs. vereadores.

É claro que terei que ser muito objetivo, presidente, agradecendo a V. Exa. pela concessão deste tempo. Quanto é importante a gente ter a voz aqui na Câmara para expressar, sobretudo, o que vem de dentro da nossa consciência, daquilo que a gente acredita.

Esse Projeto nº 305 é nada mais, nada menos do que a possibilidade de Salvador recepcionar investimentos importantes para poder ajudar esta cidade, que ainda é pobre, a melhorar a vida das pessoas.

É claro que quando a gente fala em concessões, em parceria público-privada, só em falar em privada tem gente que entende diferente, acha que não é justo o dinheiro que vem das

empresas, dos investidores chegarem a nossa cidade, pensam que é aquilo que vai para o ralo, para o esgoto, e é diferente.

Quando a gente olha a nossa cidade, onde ontem mais de 18 mil pessoas estavam, vereador Téo Senna, na Arena Fonte Nova, muitas daquelas pessoas que ali vão e tantas outras que nunca pisaram lá, não sabem que ali, por mês, vão R$ 10 milhões do governo do estado, na verdade é dinheiro dos baianos, para que aquele estádio hoje estivesse à disposição de todos os tricolores e rubro-negros e de toda a sociedade.

Não é só quando as pessoas vão lá no Hospital do Subúrbio, não. A Bahia é um grande exemplo, vereador Sabá, um grande exemplo da gestão de parceria público-privada e de concessões. Lá dentro da Secretaria da Fazenda, a mais importante secretaria do governo do Estado, existe uma coordenação, servidores que ali estão trabalhando para fazer mais concessões e mais PPP.

E quando a gente assiste aqui representantes do PT, do PCdoB, do PSB e do Psol, que dão apoio ao governo do estado, trazerem essa mensagem para a sociedade, ora, tem alguma coisa de errado. Se a gente pudesse dizer que quem está à venda é a Bahia, através do Palácio Rio Branco, através do Parque de Pituaçu, que nós aprovamos aqui tem pouco tempo. Nós aprovamos a autorização para que o governo do estado faça a concessão dos parques e áreas públicas. Que contradição há nisso?

E por último, Sr. presidente, dizer diretamente à sociedade soteropolitana que esta cidade tem um prefeito que está buscando superar um grande desafio, que é trazer mais investimentos para a cidade. E a Câmara não vai faltar, presidente. E este vereador que aqui está, não faltará. Por isso mesmo quando pedi vistas ao Projeto nº 305, foi para dar uma contribuição. Infelizmente, não tive retorno por parte da secretária municipal da Fazenda, Giovanna Victer, que aqui nesta Casa esteve e que recebeu do prefeito da Cidade do Salvador a minha sugestão. Eu disse, inclusive aqui em Plenário, e não tive retorno. Mas não importa, não faria isso aqui em Plenário.

Por isso mesmo peço licença a todos os vereadores e vereadoras, colegas íntegros que apresentaram emendas em Plenário: este vereador, Cláudio Tinoco, não pode, por diversos motivos, dar votos às emendas aqui aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Uso este tempo também, Sr. presidente, para deixar essa minha posição de aprovação sem a menor consideração sobre o texto original, e a emenda de autoria de V. Exa., que aqui já tinha dito, aprovada na CCJ e na Comissão de Finanças, na Comissão de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico, mas não posso, Sr. presidente, aqui acolher por não ter as condições de analisá-las em Plenário.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR (MDB)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **ORDEM DO DIA**

Obrigado vereador Claudio Tinoco, último inscrito.

Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Vereadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado. Com os votos contrários de toda a oposição.

Encaminhada a Redação Final. Aprovada na Redação Final.

Inscrição Pinga-Fogo.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR RICARDO ALMEIDA (PSC)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 - **PINGA-FOGO**

Sr. presidente, Srs. vereadores e Sras. vereadoras, eu chamo a atenção da Casa, vereador Leandro Guerrilha, porque eu gostaria de pedir o apoio da bancada de oposição, que eu não vi se manifestar hoje com relação ao aumento da tarifa do *ferry-boat*, que é também uma concessão de um serviço que deveria ser realizado pelo Estado, pessimamente administrado pela iniciativa privada, um péssimo exemplo de concessão. Esse nós não devemos seguir.

Acho, vereador Téo Senna, que é por causa do paradigma, do padrão de concessão do Estado, que a oposição se manifesta, vereador Augusto Vasconcelos, contra as concessões municipais, porque de fato se for igual, se fosse igual, até este seu colega aqui seria contra. Porque os *ferry-boats* sucateados como estão, estão aí prestando um desserviço, basta querer viajar para a Ilha. Mas aí vem a solução, a Ponte Salvador-Itaparica, mas ela não vem sozinha, vereadora Marighella, ela vem por concessão, ela vem com pedágio, ela vem cedida para iniciativa privada, vereadora Débora. "Ah, mas traz-se uma solução para o Estado". "Vamos criar os Hospitais do Subúrbio e o Hospital Metropolitano e entrega-se à iniciativa privada", parafraseio V. Exa., vereador Augusto Vasconcelos, não que seja contra, até porque acabei de votar a favor, mas é um discurso que se contradiz na sua essência, porque lá o pau que dá em Chico não dá em Francisco, as críticas que cabem ao governo municipal não cabem ao governo estadual.

Nós precisamos entender que não é desta forma que nós vamos avançar. Não adianta mobilizar meia dúzia para porta da Câmara para tentar intimidar quem quer que seja. Vamos amanhã para a porta da Governadoria pedir que as BRs que estão cedidas, as BAs que estão cedidas à iniciativa privada e que prestam igualmente um desserviço.

Hoje falamos no aumento do *ferry-boat*, vereador Marcelo Maia. Há uma semana o aumento do pedágio da BA 099, a conhecida Linha Verde. Não vi ninguém se manifestar, não houve

mobilização de ninguém na porta da Câmara. Vamos amanhã, vamos levar as pessoas para a Governadoria e cobrar do governador Rui Costa que a concessão que o Estado tem feito é de péssima qualidade.

Para concluir, Sr. presidente, volto a dizer, a iniciativa privada precisa sim participar, porque tem *expertise*. É preciso entender, e o vereador Augusto Vasconcelos, que foi bancário como eu, sabe muito bem que o seu negócio, toda empresa fixa o seu *core business*, que é o seu principal negócio, aquilo que ele nasceu para fazer, a Constituição já determina o que deve ser feito.

Mas nós não vamos fazer como o Arquivo Público. Nós não vamos aqui vender arquivo público, terreno público, prédio público.

Nós não vamos dar, nem ceder isso. O que nós queremos é aperfeiçoar os serviços que são prestados e gostaria de contar com a oposição amanhã e marcar já o horário, 9 horas nos encontramos lá na Governadoria com essas pessoas que estavam aqui na frente para que nós juntos possamos dar a mão. E eu peço uma camisa dessa bonita escrito Bahia.

Que Deus abençoe e nos dê paciência para tolerar esses discursos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR TIAGO FERREIRA (PT)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA

MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **PINGA-FOGO**

Mais uma vez, boa tarde a todos e todas.

Presidente, eu queria quebrar o protocolo, que os ânimos aqui já se alteraram, mas pedir ao presidente permissão para que todos façam um minuto de silêncio pela morte da cantora Marília Mendonça que foi um exemplo na cultura brasileira, um exemplo positivo. E acho que esta Câmara deveria prestar essa homenagem, pelo menos de um minuto de silêncio em memória a essa grande artista que foi destaque nacional.

UM MINUTO DE SILÊNCIO

Obrigado, presidente.

Bom, primeiro responder ao meu colega, companheiro querido ...

SR. VEREADOR ANDERSON NINHO: - Senhor presidente, incluir neste minuto de silêncio todos os passageiros que estavam no avião. Não só Marília Mendonça, mas também todos os passageiros, inclusive o baiano.

SR. VEREADOR TIAGO FERREIRA: - Perfeito, desculpe.

Então, primeiro eu queria responder ao meu querido amigo, vereador Ricardo, que governo é governo, partido é partido. Aqui enquanto representação, como líder do Partido dos Trabalhadores, existe uma diferença e o senhor muito sabe disso,

e todos sabem disso, que quando se governa, não se governa apenas para um partido e segue 100% à risca daquilo que nós acreditamos.

Então, a posição do governo do estado, por exemplo, várias posições do governo do estado eu sou contrário. Então, o pau que dá em Chico, para mim dá em Francisco também. Só que a diferença é que os únicos serviços públicos que o município deveria prestar, ele está transferindo. Já tem situações do governo do estado que são mais amplas e que precisam muitas vezes de parceria que se justifique. Aqui eu não encontro uma justificativa viável, por exemplo. Eu não vi ninguém aqui se manifestar o porquê da concessão a cemitérios. Já tem cemitérios privados. Não tem que ter público?

Nós defenderíamos aqui, por exemplo, se fosse apresentar uma emenda, nós iríamos apresentar uma emenda sugerindo que fosse gratuito para o povo pobre o direito a sepultamento, porque isso é uma questão social. Eu não vi nenhum companheiro, nenhum vereador aqui falar disso. Parece que povo pobre não existe. Então, nós, eu não vi ninguém falar disso aqui. Então o que se justifica isso?

Eu gostaria, que eu estou lhe citando, que o senhor fizesse aqui a justificativa. “Ah, vai melhorar.” Vai melhorar em quê? Quanto vai custar? Vai custar a mesma coisa de hoje? Essas respostas a gente não encontra. Como é que a gente que está aqui, que fiscaliza, por exemplo, as manutenções de praças públicas, de diversos equipamentos públicos, essa transferência

de poder daqui do Legislativo Municipal nem mais para o Executivo, mas para a iniciativa privada. Nós estamos entregando o poder de fiscalizador para a iniciativa privada. Será que ninguém conseguiu perceber isso?

Então, eu acho que a gente deveria fazer uma reflexão maior sobre o que está sendo votado e o que foi votado até aqui. Então, eu me inscrevi exatamente para poder responder.

Aproveitando, presidente, na sessão passada, o vereador aqui se manifestou contra o ex-presidente Lula chamando-o de ex-presidiário. Esse presidente, que será presidente novamente, conseguiu fazer uma transformação social no país sem dar essas concessões. Conseguiu fazer o maior programa de transferência de renda, que foi o Bolsa Família sem precisar terceirizar. Os poucos serviços públicos que existem em Salvador, aliás, as responsabilidades que existem em Salvador estão sendo transferidas para a iniciativa privada sem nenhuma justificativa plausível que responda a toda necessidade do povo de Salvador.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR JOCEVAL RODRIGUES (CIDADANIA)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **PINGA-FOGO**

Sr. presidente, vereadoras e vereadores presentes a esta sessão, pessoas da imprensa, assessores que ocupam a galeria neste momento.

Não poderia, Sr. presidente, em hipótese alguma, deixar de registrar aqui a minha preocupação, a minha preocupação de que nós, vereador Palhinha, estamos aqui pelo bem comum, para poder pautar com prioridade a melhoria da qualidade de vida dos soteropolitanos. É para isso que nós todos fomos eleitos. Não podemos, em hipótese alguma, presidente Geraldo Júnior, colocar aqui questões partidárias, questões ideológicas, acima do bem comum, acima do bem do povo soteropolitano.

Se a Prefeitura Municipal de Salvador recorre, assim como foi citado aqui, o governo do estado recorre também a concessões, a relações público-privadas, nós precisamos entender cada caso, estudar cada caso. E foi isso que nós fizemos aqui diante desse projeto. Tivemos a preocupação de não deixar acontecer, vereador Isnard, em Salvador, o que está acontecendo com nosso zoológico tão querido de Salvador. É uma tristeza levar uma criança ao zoológico.

O governador, de forma inteligente, como não cabe à gestão pública o cuidado, cabe sim à parceria público-privada, vai ter que fazer uma concessão para salvar o nosso zoológico, que infelizmente está acabado, vereador Marcelo Maia. Fico muito triste. Em contato com setor turístico, com várias pessoas que dependem do turismo, turismo religioso, para poder sobreviver, como que um equipamento belíssimo, como o Centro de Convenções, está lá em ruína, “rui ína”, “rui ína” o Centro de Convenções está. É uma tristeza, vereador Paulo Magalhães, o que nós estamos vendo.

Não podemos ficar fazendo discursos simplesmente, dois pesos, duas medidas. Precisamos entender o que está acontecendo. E eu não critico o governador por recorrer a concessões, não critico, é um mecanismo legítimo, correto, permitido pela lei. Ele está fazendo porque não teve perna, não teve braço, não teve força administrativa para dar manutenção, inclusive, ao Parque Metropolitano de Pituaçu, acabado, acabado. Mas o governador tem todo o direito de fazer uma concessão pública e resolver o problema porque ele está ali primando, vereador André Fraga, e logo o senhor volta quando eu falo do Parque Metropolitano de Pituaçu, que V. Exa. conhece muito bem, um grande equipamento.

Então, eu quero aqui parabenizar o prefeito Bruno Reis, parabenizar a gestão na Cidade do Salvador, vereador Paulo Magalhães, pois não está hesitando em deixar nada a fazer diante de uma crise econômica que assola o nosso país, diante de uma ausência, vereador Sílvio Humberto. V. Exa., como auditor, sabe da ausência de um pacto federativo onde os municípios vivem o tempo todo com o pires na mão da União, para tentar sobreviver.

Uma cidade que eu não me canso de repetir aqui nesta Tribuna, uma cidade terceira, quarta em população do país e penúltima, última — oscilava antes da gestão do prefeito ACM Neto — em arrecadação *per capita*. Vamos parar de brincar, vamos parar de jogar para a torcida, vamos levar as coisas com seriedade. Se o governador pode, o prefeito pode, se essa ação é

pública, se essa ação é pública, se essa ação é legal, podemos, sim, fazer.

Parabéns, prefeito Bruno Reis.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SUÍCA (PT)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **PINGA-FOGO**

Sr. presidente, vereadoras, vereadores, quero, de uma certa forma, vereadora Marta, parabenizar a senhora pela condução dessa luta tão incansável com todos os vereadores e vereadoras, mesmo sabendo que nós somos diminutos, mas a senhora, a vereadora Maria Marighella, o vereador Tiago, da nossa bancada, Sílvio Humberto, Helio, Augusto - bem-vindo a esta Casa - esta Casa é assim.

Mas, enfim, eu acho que nós temos um grande caminho pela frente.

Sr. presidente, eu queria pedir atenção — viu, Sr. presidente? Aí a Débora também, por favor — porque, no dia 4 de novembro, nós tínhamos tudo para comemorar o Dia da Favela. A nossa cidade é cercada de favela, de pessoas que a gente sabe que são da cultura, que a gente sabe que saem todos os dias para lutar, que diversos vereadores e vereadoras nas campanhas, e deputados, vão na favela.

Mas nós fomos surpreendidos, Marta, mais uma vez lá, no Nordeste de Amaralina, uma covardia — e a gente pode dizer assim. Um garoto que já participou da vida do descaminho, mas estava em recuperação, foi brutal e covardemente assassinado pela Polícia Militar, por uma parte da Polícia Militar. Não vou aqui colocar toda a polícia porque não foi todo o aparato policial que foi para lá fazer isso. E depois criaram alguns subterfúgios dizendo que o menino estava armado e que a comunidade estava fazendo protesto. Sr. presidente, não foi nada disso.

Então, a gente luta aqui constantemente por uma cidade mais justa, por um estado mais justo e a gente vai deixar um legado. Eu tenho certeza disso, de que amanhã as futuras gerações não vão nos condenar por omissão. A gente tem feito o nosso papel.

Para além disso, em outro estado, a gente viu uma mulher com uma criança no braço sendo agredida também por dois policiais. Então, nós não podemos de forma nenhuma comemorar - Sr. presidente, só pela sua tolerância - o Dia da Favela, Carballal. Porque apesar da sua pele mais clara, você é um homem da favela, você veio da Liberdade e sabe como é o que acontece nessa favela.

Mas eu queria aqui chamar a atenção e pedir a sensibilidade desses dois grandes líderes que são Hélio e também Tiago. A gente sabe que, quando acontece algo nas favelas, como aconteceu em Valéria, como aconteceu no Nordeste, em vários lugares, Pernambués, a primeira coisa que acontece, Carballal, é

a retirada dos ônibus como se as pessoas fossem ser mortas por algo e a gente sabe muito bem que o transporte coletivo, eles não tem como fazer seguro. E os ônibus quando você queima, não tem como repor. Mas a gente não pode só defender o patrimônio do patrão. A gente tem que defender as pessoas. Nós precisamos defender as pessoas.

O serviço público de transporte coletivo e tantos outros já não vale tanto assim. Já não vale tanto assim. Portanto, eu gostaria que nós fossemos mais sensíveis.

Aí, Sr. presidente, já pensou se nós tivéssemos tirado a coleta de lixo, a varrição, a alimentação, o remédio que chega nas pessoas? Aí a gente estava matando as pessoas por algo que elas não fizeram. As pessoas têm o direito de se recuperarem. Como esse jovem que morreu com 21 anos de idade, Marighella, sem direito à defesa.

Portanto, como a gente está pedindo um minuto de silêncio para todos aqueles que morreram no avião com Marília Mendonça, a gente tem que pedir também um minuto de silêncio por todos os jovens negros e negras que morrem nesta cidade.

Muito obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR: - Um minuto de silêncio concedido a pedido do requerimento do vereador Luiz Carlos Suíca.

UM MINUTO DE SILÊNCIO

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HÉLIO FERREIRA (PT)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **PELA ORDEM**

É mais para fazer esclarecimento com a fala do nobre vereador Suíca sobre essa preocupação da acessibilidade. E a gente precisa esclarecer. Permita esclarecer essa situação. A nossa posição, como sindicalista, é dar apoio aos trabalhadores e também olhar a situação da população.

Em nenhum momento estamos lá para defender o patrimônio, mas sim a integridade física daqueles trabalhadores que tem vários problemas já de óbitos devido, justamente, a essa situação de queima de ônibus.

Então, quando se queima o ônibus em uma comunidade a população entra em pânico, os trabalhadores entram em pânico também e, muitas vezes, a nossa interseção é para poder criar as condições e que esses transportes voltem a rodar normalmente naquele lugar. Mas nós temos muitas vítimas de trabalhadores de transporte com a situação dos ônibus.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HENRIQUE CARBALLAL (PDT)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **PINGA-FOGO**

Sr. presidente, Sras. e Srs. Vereadores. Primeiro, eu queria me solidarizar com a família desse jovem e com o vereador Luiz Carlos Suíca que traz aqui essa situação muito triste que nós estamos vivendo.

Vereador Suíca, eu morei na Liberdade, como V. Exa sabe. Ouvia, inclusive, das pessoas que lá residiam assim: "Ah, fulano se envolveu no crime porque ele tinha um instinto ruim". Hoje em dia ninguém mais pode falar isso, porque o traficante, vereadora Marta Rodrigues, bate na porta e obriga aquele jovem a entrar no exército do tráfico que hoje controla as periferias da nossa cidade. São meninas, inclusive, na sua tenra infância, sendo aliciadas pelo tráfico e todos aqui ficam calados assistindo a isso como se normal isso fosse. Porque a violência que hoje toma conta do estado da Bahia e da cidade de Salvador é de responsabilidade do governador Rui Costa.

E aí, vereadora Marta Rodrigues, ele faz um pronunciamento absurdo, negando, dizendo que há possibilidade do vírus retornar caso, vereador André Fraga, o carnaval ocorra.

Eu queria lembrar aos senhores que o vírus, aparentemente, os indícios apontam que surgiu na China. E lá, apesar de não ter tido um número de mortes tão grande, esse vírus se espalhou pelo mundo e chegou aqui e não precisou ter carnaval para que essa pandemia aqui chegasse. Mas vai ter carnaval em São Paulo, que já está inscrevendo todos os seus blocos de carnaval. Vai ter carnaval no Rio de Janeiro. Vai ter carnaval em Brasília e os pacotes turísticos para essas cidades já

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

estão sendo vendidos. Mas, apesar disso, o tráfico realiza os paredões em toda a nossa cidade, ou as pessoas aqui não sabem que isso ocorre, todos os dias, todos os finais de semana, vereador Sampaio.

Ora, aí não tem vírus? O vírus não circula quando o tráfico comanda. Chegamos à vergonha, Sr. presidente, de ver o governo do estado da Bahia cancelar um evento privado porque o tráfico de drogas disse que não poderia ocorrer por causa de disputa de facções. A que ponto o Estado está de joelhos perante essas organizações criminosas? Mas o carnaval não pode acontecer.

A indústria do carnaval vai ser destruída, as nossas entidades clássicas, que representam a identidade do povo da Bahia, como os Filhos de Gandhy, que tenho a honra de ser diretor, como o Ilê Aiyê, como o Olodum, vão se arruinar por, exatamente, não possuirmos um governador que tenha a sensibilidade de anunciar esse evento, de buscar as garantias sanitárias, de buscar os entendimentos para que os níveis efetivos que possam dar segurança às pessoas estarem nessa festa, possam ser criados. Mas, o tráfico está fazendo os seus eventos.

Parabéns ao governador Rui Costa por fortalecer o tráfico de drogas, por permitir que ele se amplie, que ele se consolide, enquanto ele constrói um caminho sem volta de destruir o Carnaval da Bahia que, nunca na história do mundo, teve a capacidade e uma indústria criativa com o talento do nosso povo, trazer tantos recursos, tanta geração de emprego. Quantas

famílias, vereador Palhinha, vereador Fábio, sobrevivem durante o ano com o que arrecadam no Carnaval da Bahia? Essas pessoas não vão ter o acalanto de saber que tínhamos um governo que pudesse construir a política real para que esse evento de magnitude mundial pudesse ser realizado?

Portanto, Sr. presidente, para concluir, quero dizer que o Conselho do Carnaval está convocando uma reunião extraordinária para quinta-feira porque, independente da perversidade do governador Rui Costa, vai buscar dar início às tratativas de inscrição de blocos. Mesmo sem a certeza se vai ou não ocorrer a festa, é necessário que isso possa acontecer. Quinta-feira vai ocorrer a reunião do Conselho do Carnaval, Sr. presidente.

Mas eu gostaria, vereadora Marta, de me solidarizar com V. Exa., que, hoje, ficou envergonhada junto com a bancada de oposição, de ser obrigada a vir aqui defender o contrário ao projeto do PICS, alegando, portanto, venda de patrimônio, quando hoje as manchetes falam da entrega do patrimônio do Arquivo Público, do Palácio Rio Branco, do terreno do Detran, do Parque de Pituaçu, de todo esse patrimônio que o governador Rui Costa vem entregando à iniciativa privada. Solidarizo-me a V. Exa. e a todos os colegas da bancada de oposição, que estão amarelos. Essa cor aqui é amarelo de vergonha, essa cor aqui é amarelo de vergonha, é a camisa que representa a vergonha de quem defendeu o indefensável.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ÁTILA DO CONGO (PATRIOTA)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **COMUNICAÇÃO INADIÁVEL**

Sr. presidente, peço que restitua o meu tempo.

Boa tarde, Sras. e Srs. vereadores, presidente Geraldo Júnior. Sr. presidente, começando aqui e fazendo uma correção ao meu colega o vereador Carballal: Carballal, eu que sou morador do Subúrbio, nascido e criado na favela do Congo, na Constituinte, no meio do tráfico, no meio de tudo, vendia tempero com meu pai e ninguém nunca colocou arma na minha cabeça para eu entrar no tráfico. Vai para o tráfico de drogas, meu amigo, quem quer. A gente sabe da vulnerabilidade social que nós temos, por falta de um processo reparatório que não foi feito, mas eu acho que o senhor cometeu um equívoco terrível e foi infeliz em sua fala ao dizer que nós aqui somos omissos porque o tráfico está invadindo casa para aliciar "A" ou "B". Isso aí é uma falácia. Pode haver, sim, casos isolados, como têm casos de policiais que aliciam, que fazem e acontecem, mas isso representa a Polícia Militar? Não.

Eu também não estou comparando a polícia ao tráfico. Quero só dizer que eu, que sou morador do Subúrbio, que venho de favela, nasci em uma casa de dois vãos, de barro, cresci no meio do tráfico, no meio de tudo o que não prestava, da desigualdade, do pior IDH de Salvador, Palhinha, nunca fui

obrigado a entrar no tráfico. Nem as favelas a que represento - fui o mais votado em Nova Constituinte, Periperi e Mirante de Periperi -, que têm o problema do tráfico de drogas, que é um problema nacional, um problema muito mais amplo, eu não vou aqui jogar no colo do governador, nem do secretário de Segurança Pública dessa forma. A gente sabe que não vai resolver dessa forma. Está certo?

Acho que o amigo foi muito infeliz aqui em dizer que esta Casa é conivente ou omissa, que as pessoas estão sendo aliciadas pelo tráfico. Isso é negado. Entra no tráfico de drogas quem quer, vai porque quer. Embora a gente saiba que, para um jovem que está em situação vulnerabilidade social, é muito difícil, e ele é sim mais suscetível, mais vulnerável a entrar no crime, porque, meu amigo, sofre na pele, porque passa por todo tipo de malversação, embora a gente saiba que não justifique, mas é sim muito mais propício.

Sr. presidente, peço a sua benevolência porque eu tinha que defender esta Casa, defender as favelas, porque eu sou favela, não sou de boca, eu moro no Subúrbio Ferroviário e irei morrer no Subúrbio, porque eu sou favela. Eu ando todo dia na favela porque eu moro na favela. Então, vamos retratar aqui a realidade.

Quero tratar aqui de um assunto, presidente. Votei no Projeto nº 305, iria até declarar meu voto, mas os vereadores da oposição entraram, falaram, se pronunciaram. Respeitei, deixei para falar na minha hora. Eu votei com ressalvas, por lealdade a

V. Exa., a pedido do prefeito, mas reitero a importância dos vereadores desta Casa que têm que ser valorizados demais, porque eu fico triste com a forma com que nós somos tratados algumas vezes.

Sr. presidente, só mais uma coisa, porque essa questão do vereador Carballal me deixou tendo que responder. Eu sou sindicalista, defendo os motoristas por aplicativo há mais de seis anos nesta cidade, o senhor é minha testemunha, a maioria dos vereadores que está aqui é testemunha disso. A mentira nunca vai vencer a verdade. E numa manifestação que eu apoiei, doei trio elétrico, ajudei financeiramente, deixei à disposição do meu salário até combustível para ajudar motoristas por aplicativo.

Aí duas pessoas, que fizeram parte do sindicato, reúnem um grupo de cinco ou seis motoristas, que foram ao meu gabinete pedir dinheiro a minha assessoria e eu não dei - porque no meu gabinete está quem batalhou ao meu lado e tem competência para estar -, e começaram a me vaiar junto com essas seis pessoas, a querer criar um atrito. A imprensa só mostra um lado, às vezes. Eu gosto da imprensa, defendo a imprensa, mas às vezes os profissionais de imprensa pecam por só mostrar um lado da moeda e não mostrar todo o contexto. Aparece lá que fui vaiado pelos motoristas por aplicativo, o que é uma mentira. Só no meu gabinete este mês, presidente, durante o meu mandado, foram mais de mil atendimentos, só de motoristas bloqueados, pois as empresas descumprem o que diz, inclusive na regulamentação, uma emenda que eu pedi a meu colega, vereador

Joceval Rodrigues, que introduzisse na regulamentação para proteger os motoristas de serem bloqueados sem aviso prévio de 27 dias.

Então, a verdade sempre vai prevalecer e eu continuo firme e forte. Quero lhe agradecer, Joceval, citei você aqui por essa emenda que você fez, eu lhe pedi, o sindicato te entregou em mãos e você apresentou essa emenda ao projeto de lei que defende os motoristas por aplicativos, como o senhor também teve essa responsabilidade, Sr. presidente, e eu tenho certeza de que agora faremos uma regulamentação, com o aval do prefeito Bruno Reis, muito melhor, porque os trabalhadores precisam.

Mas reitero: a verdade sempre vai prevalecer e não adianta bater na porta do meu gabinete pedindo dinheiro. Eu não vou dar, primeiro, porque não tenho. Defendo motoristas e estarei sempre ao lado dos motoristas e sempre ao lado da verdade.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ALEXANDRE ALELUIA (DEM)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **COMUNICAÇÃO INADIÁVEL**

Sr. presidente, vou ser rápido.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar a reforma da Paróquia de Nossa Senhora da Saúde, onde pude estar presente, hoje, pela manhã, com o ministro Gilson Machado, com o ministro João

Roma e a presidente do IPHAN, Larissa Peixoto. Uma obra de excelente qualidade, uma paróquia lindíssima, que retorna ao patrimônio da nossa cidade.

Fica mais do que provado que o presidente Jair Bolsonaro retorna e restaura a verdadeira cultura do nosso país. O nosso país é cristão e o nosso Estado é laico, porém não é e nunca será anticristão.

Portanto, parabéns a reforma da lindíssima igreja e eu tenho certeza que essa restauração da verdadeira cultura passa também pelo ministro, o secretário especial da Cultura, Mário Frias, o secretário nacional, André Porciuncula, e o secretário nacional, Felipe Carmona.

Nós no Brasil tínhamos antes da gestão do nosso presidente 13 milhões de projetos da Rouanet não auditados e agora o dinheiro público está sendo verdadeiramente respeitado. Imaginem só, desses 13 milhões 80% era resultado de 10 a 15% dos proponentes, ou seja, uma verdadeira patotinha da Cultura que dominava essa chamada quase elite sindical cultural que tínhamos no Brasil. A cultura está sendo retornada ao homem comum, ao brasileiro de bem, ao brasileiro comum. A cultura comum está sendo valorizada e eu tenho que dar parabéns ao presidente Jair Bolsonaro.

O segundo ponto, Sr. presidente, muito rapidamente, eu não sei se já teve o leilão, mas estava programado um leilão para, hoje, do Arquivo Público do estado da Bahia, chamado Quinta do Solar dos Padres, um prédio lindíssimo, na Baixa de Quintas,

construído no século XVI pelos Jesuítas, os pais fundadores do nosso país, lugar onde o padre Antônio Vieira inclusive escrevia os seus sermões. E fica o apelo, se ainda der tempo, que esse leilão seja devidamente suspenso. E fica aqui também o meu requerimento para que a Prefeitura de Salvador o tombe, porque eu conversei com o superintendente do IPHAN-Bahia, Bruno Tavares, hoje, pela manhã, e o imóvel é tombado pelo IPHAN, não é tombado ainda pela Prefeitura.

Então, que a Prefeitura tombe o Solar Quinta dos Padres e tombe também o acervo, como patrimônio imaterial. Então, essa é a medida mais importante que deve ser tomada. O prédio lindíssimo, história da nossa cidade, história do nosso país, repito, lugar onde nada mais, nada menos Antônio Vieira escrevia os seus sermões e eu termino aqui a minha fala com a frase do nosso padre Antônio Vieira: “De um erro nasce muitos, e sobre o fundamento tão errado nunca houve edifício certo”. Então, esse leilão nasceu de um erro e o edifício sem dúvidas não será correto.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA DÉBORA SANTANA (AVANTE)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 - **COMUNICAÇÃO INADIÁVEL**

Boa tarde, Sr. presidente. Boa tarde, colegas.

Quero, com brevidade, falar, agradecer a todos os vereadores pela aprovação da emenda sobre as fundações, as ONGs, que é uma ideia nossa. E, hoje, subscrevo junto com todos os nobres vereadores, pois a ideia nos traz a importância desse terceiro setor, do apoio às entidades filantrópicas, às ONGs, às fundações, às instituições, aos institutos que vivem de arrecadações, que vivem de ajuda.

E, hoje, trago aqui essa importância e quero agradecer ao presidente Geraldo Júnior pela sensibilidade de estar trazendo essa emenda, e eu como vereadora coloco-me junto aos nobres vereadores, subscrevo junto com vocês essa importante emenda, porque também está no meu coração, é uma ideia nossa e compartilho com todos vocês.

Muito obrigada.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARIA MARIGHELLA (PT)** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **COMUNICAÇÃO INADIÁVEL**

Presidente, a cultura hoje virou assunto aqui no Plenário. Muitos vereadores falaram cultura, mas é muito importante que os vereadores ouçam cultura. Então é importante que a fala da cultura esteja presente aqui.

Primeiro, o vereador Carballal que pediu uma Questão de Ordem, porque não vamos admitir que qualquer manifestação

cultural se relacione com qualquer tipo de campo ligado ao crime, ligado a isso ou aquilo. Cultura é cultura e os agenciamentos existem em qualquer manifestação cultural. Nós não aceitaremos a criminalização de quaisquer manifestações culturais, mesmo e, sobretudo, aquelas negras e periféricas. É muito importante que a gente diga isso.

Vereador Alexandre Aleluia falando de cultura. Tirem a mão do nosso patrimônio e da nossa memória porque quando esse pessoal começa a tratar de memória e patrimônio, a coisa é para acabar com a memória, é para acabar com o patrimônio. E a cultura não negocia com barbárie, a cultura é inimiga do governo Bolsonaro porque ele é um detrator da cultura brasileira. Esse governo vai cair e a cultura vai assumir um lugar de protagonismo no mundo em que a gente precisa refundar esse país. Viva a cultura brasileira. Nesse sentido estamos preocupadas, sim, com o destino do Arquivo Público do estado da Bahia de valor imenso da nossa história e da nossa memória.

Presidente, um minutinho. É bem rápido. Eu preciso falar do que aconteceu no último final de semana, no assentamento Jacy Rocha e aqui eu trago a bandeira do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, maior movimento social do Brasil, da América Latina. Um dos maiores do mundo.

Ontem eu estive no assentamento Jacy Rocha para exibição do filme Marighella, de Wagner Moura, uma das experiências mais emblemáticas da minha vida.Sem Terra, movimento de

mulheres, movimentos indígenas, cultura, juntos em uma consagração pela terra, pela vida.

O MST, presidente, um dos maiores produtores de alimentos desse Brasil que está transformando alimento em *commodity*. Na semana anterior à exibição do filme, 20 homens encapuzados entraram em um acampamento próximo ao assentamento Jacy Rocha e atiraram, avançaram nas nossas lideranças Sem Terra. Queimaram ônibus, atiraram em automóveis querendo amedrontar e coagir.

Viva o Movimento Sem Terra, viva a luta pela terra. Plantamos no sábado duas mil mudas no bosque que se chamará Carlos Marighella, que receberá, André Fraga, 100 milhões de mudas nativas no compromisso com a vida, o meio ambiente, a ecologia, a agroecologia.

Viva o MST!

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR GERALDO JÚNIOR** NA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2021 – **NA PRESIDÊNCIA**

Obrigado, vereadora Maria Marighella. Obrigado aos vereadores. Declaro encerrada a sessão, convocando para próxima quarta-feira, conforme prevê decisão da Mesa Diretora desta Casa. Obrigado vereadores.

Notas Taquigráficas

Coordenação de Taquigrafia

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br